

## UM RECORTE HISTÓRICO SOBRE AS ESCOLAS NORMAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Tiago Henrique Klengel Biasotto Mendes<sup>1</sup>*

### **Introdução:**

Desde a vinda da família real para o Brasil, o nosso país sofreu inúmeras modificações no que diz respeito a sua estrutura e organização. De uma simples colônia, passamos a ser sede do governo, o que custou a Portugal os alicerces da independência que viria a ser realizada em 1822. Ao tornar-se centro do governo, o Brasil conheceu muitas instituições que apenas a metrópole dispunha, dentre elas podemos citar bancos, bibliotecas, universidades, entre outras. A preocupação com as classes abastadas e a expulsão dos jesuítas no final do século XVIII trouxeram uma crescente necessidade de escolas e principalmente de professores.

Com a independência do Brasil e, sobretudo, com a implantação da República, a elite brasileira necessitava de escolas e de grandes centros educacionais para a formação dos cidadãos do novo país e do espírito nacional.

Esse fato, porém, não se limita a isso. Os fazendeiros e membros da elite brasileira precisavam educar seus filhos para as futuras posições de dirigentes que por eles seriam ocupadas. Os filhos dos fazendeiros tinham destino certo: os estudos na Europa. Mas, e quanto às filhas da elite agrária que não se contentavam mais com a educação ética e moral que ofereciam os colégios internos e as escolas católicas existentes na época?

Soma-se a isso uma crescente necessidade de formar professores para os grupos escolares que cada vez mais se multiplicavam pelo país, fruto da política republicana que investia na educação básica para a organização do povo brasileiro.

A solução para esse problema foi a criação das Escolas Normais ainda no período imperial, a primeira tendo sido instalada na cidade de São Paulo. Essa atitude, porém, não solucionou o problema da falta de professores no Estado e nem o da elite residente no interior do Estado., pois a grande maioria daqueles que optavam por exercer o magistério era absorvida pelos grupos escolares da própria capital.

---

<sup>1</sup> Graduado em História e atualmente é estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de São Carlos.

Foram criadas outras escolas, denominadas “escolas complementares” que se transformaram, mais tarde, em Escolas Normais Primárias, como as de Piracicaba, Guaratinguetá, Campinas, Botucatu e Pirassununga.

Em 1911, atendendo à necessidade e também à pressão dos políticos são-carlenses e da elite cafeeira da região, uma das três Escolas Normais, criadas segundo a Lei nº 88 de 03 de setembro de 1892, é finalmente instalada na cidade. A alta sociedade da cidade de São Carlos a recebeu como uma grande vitória, pois a Escola Normal do início do século XX era, sem dúvida, um centro de intelecto e difusão do saber que muitas glórias trariam para a cidade e, sobretudo, para a sua classe dirigente.

Estudar a trajetória desta instituição é simplesmente viajar por períodos da nossa história, conhecer as peculiaridades de cada época, os interesses das mais variadas clientelas atendidas pela escola e, é claro, analisar as estruturas educacionais e o desejo político das classes dirigentes do nosso país para a formação educacional do povo brasileiro.

### **Do ensino jesuítico à criação da Escola Normal:**

Com o início do processo de colonização do Brasil, chegam de Portugal os Jesuítas da Companhia de Jesus incumbida da

[...] organização das instituições irradiadoras dos dois veios fundamentais de sustentação da cultura europeia nas terras americanas mais ocidentais demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas: a Igreja Católica e a escola. (FERREIRA JR. & BITTAR, 2004, p.177)

Desse modo, para entender o ideário que norteou o processo de colonização no Brasil, temos que nos recordar do contexto histórico em que estava inserida a Europa do século XVI. Nesse período, o feudalismo e o pré-capitalismo, coexistentes por algum tempo, eram protagonistas de um processo de mudança dos modos de produção.

Outro ponto importante para a compreensão desse período é a Reforma Protestante que ocorrera na Alemanha e se espalhou por toda a Europa. A Igreja Católica, que vivia e convivia com suas contradições, exigia cada vez mais dos cristãos. A Igreja, além de perseguir e matar aqueles que se opunham aos seus dogmas e aqueles que representavam uma ameaça à

concentração dos poderes nas mãos do papa, entrara em uma crise fruto dos descontentamentos dos fiéis que não aguentavam mais os abusos.

A grande maioria desses poucos fiéis fazia parte dos quadros organizacionais do clero, como Martinho Lutero. Uma verdadeira revolução ocorreu na ocasião da publicação do seu pensamento nas portas da Igreja na Alemanha. A partir desse momento, a Igreja Católica jamais conseguiria reunir na totalidade todas as pessoas sob os seus dogmas. É desta maneira que os fiéis começam a se desligar do catolicismo e passam a integrar as fileiras protestantes que cresciam a cada dia por causa do descontentamento das práticas e ações realizadas pela Igreja na figura de seus representantes. Além disso, a mentalidade havia sido modificada com o colapso do sistema feudal. Aqueles preceitos e dogmas praticados e inculcados durante o feudalismo não poderiam ser aplicados em uma sociedade pré-capitalista industrial.

Sob esse pano de fundo, os países que reafirmaram sua fé católica, como Portugal e Espanha, traçaram um plano de ação junto aos membros do clero para amenizar a perda e atrair novos fiéis para a Igreja. No contexto da colonização da América, viu-se uma grande oportunidade de converter os nativos à religião católica a fim de conquistar o maior número de fiéis na disputa que estava sendo travada entre o Protestantismo e o Catolicismo.

Com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, em 1549, toda essa mentalidade que imperava na Europa foi trazida para cá. O ideal proposto para arrebanhar os fiéis justificou muitas atitudes violentas contra os nativos que foram aos poucos sendo aculturados pelos padres europeus católicos que, com base na moral dogmática que norteava a fé católica, combateram todas as práticas indígenas denominando-as transgressoras e pecaminosas como, por exemplo, a poligamia, o antropofagismo, o culto aos deuses da natureza etc.

Desta forma, procedeu-se um conjunto de práticas como a criação das casas de be-a-bá e as catequeses que serviam para transmitir a cultura trazida do velho continente. No início, tentou-se transformar tanto as crianças como os adultos em exemplos da fé cristã, porém percebeu-se a dificuldade de aculturar os mais velhos que,

*“... ao se mudarem de um lugar para outro, retornavam aos antigos hábitos. Ou seja, a cultura enraizada do índio adulto foi um entrave aos objetivos do ensino catequético. Por esta razão, os mestres jesuítas voltaram sua atenção para as crianças.”* (BITTAR & FERREIRA Jr., 2002 – p.132)

Processou-se, com isso, uma imposição de valores de baixo para cima, ou seja, as crianças levariam para os adultos, através do cotidiano, a cultura aprendida com os jesuítas.

Ao longo dos mais de duzentos anos da permanência da Companhia de Jesus no Brasil, o foco da educação jesuítica foi sendo deslocado dos índios para a formação das elites dando surgimento aos colégios da aristocracia agrária, como o colégio de Piratininga que deu origem à cidade de São Paulo. Esse processo corresponde ao interesse desses setores da elite pela educação escolarizada e à diminuição significativa do número de índios que, na sua maioria, foram mortos e escravizados. A partir disso, a educação “... veio a transformar-se no símbolo da própria classe, distintivo desta, fim, portanto, almejado por todo aquele que procurava adquirir status.” (ROMANELLI, 2006 – p.p. 35-36) A educação escolarizada era, portanto, sinônimo de *status* uma vez que as terras e o número de escravos não eram fatores determinantes na definição da hierarquia social. Assim, os letrados, juizes e magistrados, com o título de bacharel, representavam um papel fundamental no processo de ascensão social.

Este processo, porém, foi-se desgastando com o tempo, o que culminou na expulsão dos Jesuítas em 1759 com as Reformas Pombalinas.

A decadência econômica em que entrou o Reino Português, principalmente com a queda da mineração, e o atraso cultural que, entre outras coisas, teve no fanatismo religioso um de seus fatores, fez com que surgisse na metrópole um descontentamento geral em relação aos Jesuítas. (ROMANELLI, 2006 – p.36)

Mesmo a Companhia de Jesus tendo sido expulsa do território brasileiro, seus representantes permaneceram no Brasil e suas práticas continuaram a nortear o funcionamento e o desenvolvimento das práticas educacionais. Porém, aquela estrutura mantida por anos pela ação dos jesuítas se esfacelou e a uniformidade pedagógica foi substituída pela diversificação das disciplinas isoladas. O termo Aulas Régias significa aulas reais, isto é, pela primeira vez o Estado, através da monarquia (por isso real), assume para si a responsabilidade pela educação, outrora sob o controle da Igreja. Todavia, mesmo ocorrendo a transição de um nível escolar para outro, reproduziu-se os mesmos objetivos (religiosos e literários) com os mesmos métodos pedagógicos.

A educação no Brasil seguiu desta forma até 1808 quando desembarcou aqui a Família Real com a corte portuguesa fugindo da invasão do exército francês já que Portugal

não havia aderido ao Bloqueio Continental contra a Inglaterra, declarado por Napoleão Bonaparte.

Com chegada da Família Real no Brasil, inúmeras transformações ocorreram, a partir do momento que D. João VI decretou a elevação do Brasil à condição de “Reino Unido de Portugal e Algarves”. O Brasil, até aquele momento, era predominantemente rural e sem estrutura suficiente para ser sede do governo português mesmo que por algum tempo. Desta forma, a monarquia portuguesa tratou logo de criar essas bases e importou tudo aquilo que era necessário para que a corte pudesse se organizar política, cultural, econômica e socialmente. Foram criados, pela primeira vez no Brasil, os cursos superiores (engenharia, direito e medicina), a Escola Nacional de Belas-Artes, além de cursos técnico-superiores como o do Gabinete de Química na própria Corte. Ocorreram ainda a

...criação do Museu Real, do Jardim Botânico, da Biblioteca Pública cujo acervo inicial foi de 60.000 volumes, vindos da Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Portugal, e, ainda, a Imprensa Régia completaram o quadro da criação da infra-estrutura cultural de que necessitava a Corte para viver na colônia. (ROMANELLI, 2006 – p.38)

Desta forma, o governo português implementou as bases da autonomia cultural e política que culminaria no processo de independência do país. Assim sendo, como já era tradição no Brasil, esta educação que vinha sendo estruturada era voltada apenas para a elite e para os setores da classe intermediária (a burguesia) que viam na educação escolarizada meios para ascensão social. Além disso, a educação cumpriu um papel importante nesse período e, sobretudo, depois da independência política, pois ela formava os letrados que preencheriam os quadros da administração e da política.

Mais tarde, o retorno de D. Pedro a Portugal e o período da Regência, enquanto o herdeiro alcançava a maioria civil, será marcado pela descentralização administrativa que influenciou até mesmo a Educação. O Ato Adicional de 1834,

... delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária. O que ocorreu a contar de então foi a tentativa de reunir antigas Aulas Régias em liceus sem muita organização. (...) O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas,

sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres escola, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. (ROMANELLI, 2006 p. 40)

Neste contexto, as escolas tornaram-se cursos preparatórios para a admissão nas faculdades criadas no período Joanino e também para a admissão no Colégio Pedro II, pré-requisito para a entrada nas universidades. Assim, a educação serviu para que a elite pudesse se preparar para então conseguir alcançar a titulação de bacharel ou mesmo o título acadêmico.

Com essas medidas, as escolas primárias foram abandonadas e a atenção voltada para aquilo que era almejado pelos grupos dominantes: o ensino secundário e a preparação para a entrada na universidade. Dessa forma, um grande número de pessoas ficou fora do sistema escolar. “Para se ter uma ideia, em 1888, havia 250 mil alunos para uma população de 14 milhões de habitantes.” (BITTAR & FERREIRA Jr, 2002, p. 133)

Segundo Romanelli (2006), a estrutura educacional não se alterou, apesar das mudanças ocorridas ao longo do processo histórico brasileiro. Os privilégios, portanto, foram mantidos, pois a classe dominante cujos estudos, a princípio, foram proporcionados pelos jesuítas, agora era o próprio Estado quem os oferecia.

A sociedade brasileira, no entanto, começa a se transformar na segunda metade do século XIX. Surgem novas necessidades, principalmente com o desenvolvimento da exportação do café e a vinda de imigrantes para o trabalho nas lavouras. Era um outro clima, o número de escolas era muito pequeno e o número de professores era insignificante e a maioria deles era preceptor como foi o caso de Ina Von Binzer, que veio da Alemanha para educar filhos e filhas de grandes fazendeiros.

O governo cria, em março de 1846, a Escola Normal de São Paulo para responder aos anseios da classe dominante e também para proceder à formação de professores para dar conta da demanda que aumentava dia a dia. Seguiu-se a ela a criação de outras Escolas Normais no interior do Estado, pois a da capital não supria a demanda, pois, na maioria das vezes, as moças ricas não tinham o interesse de exercer o magistério. Dentre essas Escolas foi criada a Escola Normal de São Carlos em 1911.

Em decorrência dos fatos ocorridos no final do século XIX, a sociedade brasileira reorganizou-se. A crise da escravidão e a libertação dos escravos ruíram os alicerces da

monarquia levando ao descontentamento as oligarquias cafeeiras e os militares. Em 1889, proclamou-se a República no Brasil, iniciando uma nova fase, porém, novamente sem grandes rupturas, uma vez que mantiveram-se no poder aqueles que participavam da política durante a monarquia.

Apesar de não ter havido grandes mudanças estruturais para os menos favorecidos, pelo menos o ideal republicano norteou uma série de medidas que, de certa forma, fizeram com que houvesse uma expansão tímida do ensino primário. A Escola Normal de São Carlos entra neste contexto. Era interesse dos republicanos expandir a educação para a população brasileira a fim de levar a essas pessoas os ideais republicanos, moldando e transformando a sociedade a partir disso. Necessitava-se, com isso, formar professores com o objetivo de ajudar na construção do projeto de nação que os republicanos almejavam. Assim sendo, criou-se mais Escolas Normais para que pudessem ser formadas as professoras que iriam atuar nos grupos escolares e nas escolas rurais.

A História, entretanto, mudou seu curso. As elites tomaram conta dessas escolas e secundarizaram seu objetivo, fazendo com que formassem indivíduos cultos para uma vida de requinte e distinção social. Poucos eram aqueles que, formados nas Escolas Normais, pelo menos até a década de 1920, ingressavam no magistério.

### **A Escola Normal de São Carlos:**

A partir do contexto histórico apresentado é fácil reconhecer os objetivos pelos quais a Escola Normal de São Carlos fora criada. A república havia se consolidado no Brasil, apesar de ter ocorrido sem maiores rupturas, mantendo os mesmo quadros da elite que estiveram no poder durante o império. Desta forma, em São Carlos, com a influência dos fazendeiros que compunham os cargos políticos importantes no Brasil, conseguiu-se, através de um jogo de forças e apoio, trazer esta escola de excelência para a cidade. Evidentemente, o papel da Escola Normal na cidade não era formar os professores para os Grupos Escolares, como era o objetivo da educação do Brasil republicano, mas oferecer estudo de qualidade para as filhas dos ricos fazendeiros e comerciantes que existiam na cidade. Tais afirmações podem ser observadas no seguinte trecho:

Mas, talvez, a conclusão mais relevante a que chegamos seja a de que a cultura humanística clássica que informava o currículo dessa Escola tinha por função principal a distinção social do grupo que a possuía consagrando seu afastamento do trabalho mecânico e manual. Trata-se do mesmo grupo dominante do Período Imperial que, na República, ainda no centro do poder, apropriava-se da Escola Normal secundarizando o objetivo de formação profissional e priorizando a produção e a reprodução de uma cultura geral distintiva para suas filhas. É o antigo golpe da elite de “privatizar” o público e, por isso mesmo, a República brasileira acabou sendo uma república mutilada (BUFFA & NOSELLA, 2006 – p.16)

Criada em 1911, a Escola Normal de São Carlos era o reduto das moças distintas e de alta classe que foram instruídas através do ensino das humanidades, dos autores clássicos e da língua latina. Esta escola dava a formação intelectual enquanto que as escolas religiosas, como o Colégio São Carlos, davam a formação moral e religiosa desde a infância. Neste sentido, a Escola Normal era a continuidade da formação dessas moças, necessária para prepará-las culturalmente para o futuro posto que iriam ocupar: mães e damas de respeito e distinção da sociedade são-carlense.

Por serem poucas no Estado, as Escolas Normais atraíam pessoas de fora que almejavam nelas estudar. Em São Carlos, isso não foi diferente. Nos primeiros anos de funcionamento da Escola, o número de alunos foi aumentando gradativamente o que fez com que o prédio em que estava instalada fosse insuficiente para atender tal demanda. Além disso, segundo estudos, um dos motivos que levaram à construção do novo prédio se deve ao fato do antigo prédio ter sido construído para abrigar uma escola técnica e, por isso, ser mais simples do que aquele construído em 1916 e, portanto, impróprio para abrigar pessoas tão distintas como aquelas que frequentavam-no.

Em outubro de 1913, por consequência dos incômodos citados, foi lançada a pedra fundamental do novo edifício na Av. São Carlos. Inaugurado em 1916, era um imóvel maior e mais requintado que o anterior e a Escola Normal foi transferida para lá. Por trás disso, segundo análise feita por Carvalho, em relação aos edifícios onde funcionam tais escolas, é notória a sua imponência arquitetônica, uma vez que o ideal republicano era “*fazer ver a escola*”. Assim, torna-se óbvio a escola ter sido construída na colina central da cidade e mais ainda, com toda a pompa que pode ser observada até os dias de hoje.

A construção de tão majestoso prédio reside no fato de serem as filhas e filhos das altas camadas da sociedade são-carlense que estudavam lá. Fazia-se necessário a construção de



um prédio que atendesse a essas expectativas. Certamente, a junção de vários pontos culminou na construção de tal prédio cuja estrutura contém madeiramento nobre e também importado, além de detalhes que estão presentes em todo o prédio, como lustres de cristal, mármore italiano, entalhes de madeira, móveis e equipamentos trazidos da Europa, que na época eram de última geração, além das obras que compunham a grandiosa biblioteca, alguns dos quais preservados até hoje.

A escola dispunha de um excelente corpo docente, selecionado entre os melhores que existiam no Brasil. Esses professores utilizavam todos os recursos existentes no interior da escola para transmitir os conhecimentos da maneira que melhor pudesse formar essa futura classe dirigente. Seja nos laboratórios com equipamentos e vidrarias trazidos da França, seja nas aulas de ginástica, esses alunos se deparavam com o que havia de melhor e mais atual. Logo, essa escola viria a ser considerada, por muitos autores, uma irradiadora de cultura ou mesmo uma pequena universidade, precursora das faculdades de filosofia.

Todavia, temos que lembrar que essa era uma escola para poucos. A esmagadora maioria ficava à margem desse processo, pois era uma escola elitista. Ao restante da população cabiam as escolas de primeiras letras e as profissionalizantes que ensinavam a “bater sola”<sup>2</sup>. Desta forma, essa população não era instruída na cultura clássica, mas sim no ofício para que pudesse trabalhar. Mantinha-se a estrutura social tal qual existia apropriando-se de escolas como a Escola Normal, e, além disso, mantinha-se o imaginário dos tempos coloniais. Neste cenário, o trabalho manual era visto como algo típico das “classes subalternas” e o trabalho intelectual era aquele destinado a dar brilho na inteligência daqueles que tinham como objetivo cultivar “as coisas do espírito”, típico das classes mais abastadas que não necessitavam entrar no mercado de trabalho e viver a partir da renda retirada do seu ofício.

Porém, a situação foi sendo modificada aos poucos. A Escola Normal foi, gradativamente, desconfigurada com a crescente necessidade de escolas e principalmente com a perda de poder econômico de algumas famílias, ocasionada pela Quebra da Bolsa de Valores, em 1929, e, posteriormente, pelas ideias de Dewey defendidas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova

---

<sup>2</sup> A expressão “bater sola” é uma referência, encontrada no livro de NOSELA & BUFFA (2002), aos trabalhos manuais para onde as classes média e baixa eram encaminhadas, diferentemente dos membros da elite que, quando ficavam no Brasil, eram encaminhados aos liceus, Escolas Normais e tantos outros redutos da alta sociedade.

A Escola Normal era uma instituição que gozava de muito prestígio, mas a apropriação do público pelo privado fez com que ela fosse exclusiva da elite, pelo menos em seus anos iniciais. Ao longo dos anos, outros setores da sociedade, como a classe média e os imigrantes italianos conseguiram, através dos exames de admissão, entrar para essas escolas.

A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, está associada diretamente a isso, pois levou muitos fazendeiros à falência, o que gerou um desordenamento nas estruturas sociais. Dessa forma, muitas filhas de fazendeiros, que cursavam a Escola Normal numa perspectiva de formação cultural e meramente ornamental, acabam sendo forçadas a encarar a profissão de professora. Essas moças começavam a lecionar nas escolas rurais para depois iniciar sua profissão nos grupos escolares nas cidades. Essa era uma forma de fazer com que adquirissem experiência de trabalho, uma vez que a jornada nessas escolas era extremamente cansativa. Dentre tantos afazeres, ficava sob sua responsabilidade fazer com que os alunos viessem à escola, além de ser ela mesma quem tinha que ir às fazendas e conscientizar os pais de que a escola era importante para o desenvolvimento de seus filhos. Essa tarefa, muitas vezes, era em vão porque a maioria dos pais preferia deixar seus filhos trabalhando na roça a mandá-los à escola. Dava-se mais importância, no meio rural, ao trabalho nas fazendas que ao aprendizado escolar. (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1917)<sup>3</sup>

Outro fator fundamental para entendermos a desconfiguração da Escola Normal é a introdução, no Brasil, das ideias de Dewey principalmente com a apresentação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que trouxe novos objetivos à educação, diferentes daqueles que imperavam aqui desde muitos anos. O manifesto foi apresentado em 1932. A Escola Normal “deixou de existir” em 1933 uma vez que foram incorporados à escola os cursos fundamental (depois ginásial) e o de Formação Profissional, descaracterizando-a, fruto da reforma processada no ano de 1932. Dentre outros motivos está o acesso obrigatório das crianças ao ensino básico e, conseqüentemente, a criação de mais escolas e a necessidade de formação de mais professores para trabalhar nelas. Foi preciso criar novos cursos e aumentar as vagas para que pudessem ser formados mais professores de “primeiras letras”.

A Escola Normal de São Carlos, em 1932, perdeu seu significado histórico. Por conseqüência, essa instituição deixou de existir, dando lugar a uma escola para a formação profissional que manteve seu prestígio, embora menor que no início de suas atividades.

---

<sup>3</sup> Documento oficial do Estado de São Paulo que traçava diretrizes e normas para a estrutura e o funcionamento das Escolas Normais.

...durante uma solenidade que se realizava na cidade, o então chefe de ensino fez esta importante declaração: 'Com esta medida, fecha-se em São Carlos uma pequena universidade'. (PIROLLA, 1989, p.19)

**Conclusão:**

Difícil para este estudo concluir sobre os impactos no campo da Educação no que diz respeito ao fechamento das Escolas Normais e a criação subsequente dos Institutos de Educação, uma vez que essa escola era restrita a uma minoria. O processo de democratização do acesso a escola demorou muitos anos para ser concretizado. Porém, ao longo desse processo, é consenso que a escola pública brasileira foi perdendo em questões de qualidade, é só pensarmos que a Escola Normal era tida entre os intelectuais da educação como uma “pequena universidade”, mas também, não podemos deixar de pensar que ela era excludente e inacessível a diversos grupos sociais.

**Bibliografia:**

BITTAR, M. FERREIRA Jr. A. O ofício de ensinar: dos preceptores aos professores. In: **Série-Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande, 2002, n. 14, pp. 123-137

BUFFA. E. NOSELLA, P. **Schola Mater**: A antiga Escola Normal de São Carlos 1911 – 1933. 1ª. Reimpressão. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a República**. 1ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA Jr. A. BITTAR, M. Pluralidade Linguística, escola de BÊ-À-BÁ e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. In: **Educação e Sociedade**: Revista de Ciência da Educação. Campinas, 2004, Vol. 25, n. 86, pp. 171-195.

**INSTRUÇÃO PÚBLICA** – Programa das Escolas Normais Secundárias do Estado de São Paulo (1916). São Paulo, separata do Diário Oficial.

\_\_\_\_\_ Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1917). São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1917.

PIROLLA, M. C. G. **Memórias do Instituto**. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1988.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 30ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2006

VON BINZER, I. **Os Meus Romanos**. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982